

# Dossiê

## A última catástrofe planetária? História ambiental e história do tempo presente, uma aproximação necessária

Elenita Malta Pereira [\*]

[\*] Professora da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR). Rondonópolis (MT), Brasil.  
E-mail: elenita.malta@ufr.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9835-391X>

Alfredo Ricardo Silva Lopes [\*\*]

[\*\*] Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis (SC), Brasil.  
E-mail: alfredo.lobes@ufsc.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2884-1701>

**Resumo:** Tanto a história ambiental como a história do tempo presente são áreas do conhecimento histórico que emergem dos maiores desafios que a humanidade enfrentou durante o século XX: a consciência da devastação global do meio ambiente e as duas grandes guerras mundiais. Tomando emprestado o título do livro do historiador francês Henry Rousso como metáfora e provocação, o artigo defende a existência de uma forte aproximação entre a história ambiental e a história do tempo presente e traça várias características em comum entre essas duas áreas da historiografia. Ambas inovam na compreensão dos eventos recentes mais desafiadores, buscando no passado argumentos para dar conta do presente, porém pressionadas pela dificuldade em vislumbrar um futuro – ou qual futuro – para a humanidade e a vida como um todo.

**Palavras-chave:** História ambiental; História do tempo presente; Teoria da história.

*The last planetary catastrophe?  
Environmental history and history of  
present time, a necessary approximation*

**Abstract:** Both environmental history and the history of present time are areas of historical knowledge that emerge from the greatest challenges that humanity faced during the 20th century: the awareness of the global devastation of the environment and the two great world wars. Borrowing the title of the book by the French historian Henry Rousso as a metaphor and provocation, the article defends the existence of a strong approximation between environmental history and the history of the present time and outlines several common characteristics between these two areas of historiography. Both innovate in understanding the most challenging recent events, seeking in the past arguments to account for the present, however, pressured by the difficulty in envisioning a future – or what future – for humanity, and life as a whole.

**Keywords:** Environmental history; History of present time; Theory of history.

## Introdução

---

As possibilidades da extinção da espécie humana e da destruição do planeta são eventos marcantes para o surgimento da história ambiental e da história do tempo presente. A primeira surge da degradação ambiental e da velocidade com que os seres humanos se apropriam dos elementos naturais; a segunda desenvolve-se em função da possibilidade de destruição em massa das bombas de fissão e do Holocausto na Segunda Guerra Mundial. A aproximação entre os dois campos neste artigo se pauta na reinserção da materialidade da vida e pela constante relação da narrativa histórica com o presente.

Para entender como chegamos nesse ponto, é importante retroceder ao momento em que o discurso ambiental começou a se delinear nos moldes que conhecemos hoje. A partir dos anos 1970, diante da percepção do risco de colapso ambiental global, a atuação dos movimentos ambientalistas se intensifica e os problemas ambientais ganham maior visibilidade, especialmente após o primeiro Earth Day, nos Estados Unidos, em abril de 1970, e com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, em junho de 1972, há mais de cinquenta anos. Em dezembro do mesmo ano, a Conferência Geral da Unesco declara que o meio ambiente é um patrimônio da humanidade. Esse contexto, denominado de *boom* da ecologia por Donald Worster (2011), foi permeado por discursos preocupados com a possibilidade efetiva da humanidade não ter um futuro, ou, pelo menos, pela percepção de muita incerteza em relação ao porvir.

A história do tempo presente surge como campo historiográfico no começo do século XX, mas se fortalece institucionalmente na Europa depois da Segunda Guerra Mundial. O presente se estrutura claramente como um espaço de disputa em função do surgimento de novas políticas de memória, na investigação de acontecimentos traumáticos e no crescimento das demandas por reparação histórica. Dessa forma, a história do tempo presente termina de derrubar as moribundas ilusões historiográficas do século XIX, como a objetividade e a neutralidade, ao abraçar o caráter subjetivo da narrativa histórica na disputa pela escrita do passado.

Para defender uma reflexão que aproxima essas duas áreas importantes do conhecimento histórico, na primeira parte do texto, serão discutidos os pressupostos da história do tempo presente e o debate da historiografia francesa sobre sua singularidade. Na segunda parte, apresentamos as características da história ambiental que dialogam intimamente com a história do tempo presente. A título de conclusão, argumentamos que a interlocução entre história ambiental e história do tempo presente qualifica as ações de pesquisa, ensino e extensão tanto de historiadores ambientais como de historiadores dedicados a outros campos do conhecimento histórico.

## O tempo das catástrofes

**E**m artigo na revista *Tempo & Argumento*, Christian Delacroix (2018) questiona se a história do tempo presente (HTP) é uma história “como as outras”? A pergunta é pertinente para discutir do que a HTP trata. O historiador Antoine Prost, um de seus críticos, em artigo publicado em 2006, defendeu que sim, que não há singularidades ou diferenças entre escrever a história do tempo presente ou de outros tempos históricos; ela seria “uma velha história” (Prost, 2006-2007, p. 21).

O artigo de Delacroix argumenta que a resposta é não, a história do tempo presente não é uma história como as outras. O historiador defende que a HTP é um campo específico da disciplina história, o que é garantido pela sua singularidade “temporal” e se justifica sobretudo pela existência de testemunhas vivas nos períodos estudados (Delacroix, 2018).

Uma das críticas direcionada ao campo é a vinculação às demandas sociais, o que poderia ser dirigido até mesmo à própria história ambiental; contudo, percebemos que esse tipo de argumento tem sua base nas teorias positivistas do final do século XIX, pois no presente não há sentido algum em encastelar a disciplina em alguma torre de marfim.

Essa é a mesma visão defendida pelo livro de Henry Rousso (2016), *A última catástrofe*. A ideia do título foi retirada de texto do historiador alemão Hermann Heimpel, para quem o tempo presente de uma época se inicia sempre com uma catástrofe, um evento catastrófico para as pessoas que são suas vítimas, geralmente envolvendo guerras.<sup>1</sup> Na divisão quadripartite tradicional, a história contemporânea é a de duração mais instável, pois o presente está em constante expansão – desde a Revolução Francesa. Desde o século XX, temos uma catástrofe se sucedendo à outra, com implicações internacionais: Primeira Guerra Mundial; Segunda Guerra Mundial; Guerra Fria; fatos políticos importantes, como a queda do muro de Berlim, e o ataque às torres gêmeas em Nova Iorque, além de eventos traumáticos que atingem os países internamente, ou continentes, como as ditaduras na América Latina, por exemplo.

A obra *História do tempo presente: mutações e reflexões*, organizada por Angélica Müller e Francine Iegelski (2022), condensa trabalhos relevantes para a discussão sobre as especificidades da HTP como campo em constante transformação, longe de defender algum consenso entre os historiadores. Entretanto, alguns elementos servem para compreender melhor as especificidades do campo e dirimir as críticas sobre se a HTP é ou não um campo ou

---

<sup>1</sup> Herman Heimpel, professor universitário de história na Alemanha pós-Segunda Guerra Mundial, diretor do Max-Planck Institut für Geschichte, no final da década de 1950, foi quem formulou o conceito de história do tempo presente - *Zeitgeschichte* em alemão. Durante o Terceiro Reich, deu mostras de fidelidade ao regime nazista; após a guerra foi um dos primeiros a se confrontar com a dificuldade de lidar com esse passado recente e catastrófico (Rousso, 2016, p. 25).

área em separado da história. O capítulo “La historia del tiempo presente: composición, temporalidade y pertinência” de Hugo Fazio Vengoa permite avaliar a especificidade da área, que se estrutura a partir da maneira com que historiadores e historiadoras colocam o tempo sob sua observação, avaliando não apenas o tempo vivido, mas a presença de múltiplas temporalidades na análise histórica (Vengoa, 2022).

A história do tempo presente se conecta à noção de “regimes de historicidade”, de François Hartog (2013), que seriam as formas dominantes em uma sociedade, em dado momento, de vivenciar a experiência no tempo. Segundo o historiador, vivemos no regime de historicidade do presentismo; após passarmos pelo regime “passadista”, em que a visão de que devemos aprender com o passado dominou, a chamada *história mestra da vida*, até o século XVIII; e pelo regime “futurista”, que via o futuro com muito otimismo e predominou do pós-Revolução Francesa até as guerras mundiais do século XX. A partir de algum momento da segunda metade do século XX (para Hartog seria 1989, com a queda do muro de Berlim, para Rousso, a década de 1970), a percepção do tempo dominante nas sociedades ocidentais seria de estar vivendo num eterno presente, sem perspectivas de futuro – um futuro bloqueado, ou um “não futuro” – e um passado que não dá garantias, um passado a ser remoído, cultuado ou rememorado incessantemente – “um passado que não passa”.

A história do tempo presente pode ser compreendida como a parte mais “atual” da idade contemporânea, de certa forma, delimitada pelas grandes catástrofes do século XX. As duas grandes guerras inauguraram uma nova contemporaneidade, não mais marcada pelo otimismo – rompendo com o regime de historicidade futurista. Na verdade, a HTP lida com os acontecimentos mais mortíferos e traumáticos da história recente humana.

De acordo com Rousso (2016), institucionalmente, a HTP surge no pós-Segunda Guerra, na Alemanha; em 1950 é fundado um instituto dedicado ao tema em Munique, e torna-se disciplina em universidades na década de 1960. Na França, só nos anos 1970 surgem preocupações em universidades, contudo, o grupo dos Annales, sob o domínio de Braudel continuou voltado à “longa duração”, privilegiando períodos mais remotos para estudo. A dita “nova história” é quase que totalmente estudiosa do medievo ou do período moderno. Um artigo de René Rémond, de 1957, alertou para a necessidade de estudar a Segunda Guerra Mundial, antes que as testemunhas desaparecessem.

Em 1978, foi criado o Instituto de História do Tempo Presente (IHTP) como parte do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS), tendo como primeiro diretor François Bédarida. Esse instituto sucedeu o Comitê Francês da História da Segunda Guerra Mundial, fundado em 1951. Institutos semelhantes foram criados em outros países europeus, o que explica, segundo Delacroix, o lugar eminente ocupado pela história da Segunda Guerra Mundial nos temas e campos de pesquisa da HTP. Nos anos 1990, começam os estudos

nos países da América Latina, após a saída de ditaduras civis-militares, que deixaram um passado traumático a ser analisado.

Segundo Rousso (2016), a história do tempo presente possui as seguintes características (muitas delas provenientes dos desdobramentos da história escrita sobre a Segunda Guerra Mundial), que a tornam uma história singular: a presença de sobreviventes dos eventos, muitas vezes traumáticos, que podem ser testemunhas; essa presença traz a possibilidade de contar com fontes orais abundantes; engajamento do historiador, que pode se tornar também perito, convidado a depor em processos judiciais decorrentes dos eventos; a distância, pois o historiador do tempo presente, mesmo mergulhado “no seu tempo”, precisa tomar distância em relação ao objeto e ao sujeito estudados. Dependendo do tema, pode ser mais difícil estar longe. De acordo com Rousso (2016), o desafio de um historiador do tempo presente é criar distância com a proximidade”. Assim, o limite final da HTP é sempre uma fronteira móvel. Outra característica é a gigantesca quantidade de fontes e de produções, diversas possibilidades de arquivos a serem usados, de todos os tipos; e, por fim, o historiador do tempo presente pode criar fontes e agir sobre elas; nesse caminho, interpreta uma história inacabada e têm consciência disso, o que não é um impeditivo ao seu trabalho.

A HTP se desenvolveu num contexto de crise do futuro, crise do porvir, em que se dá o estabelecimento do presente como temporalidade hegemônica, o que fica perceptível na recusa social do envelhecimento; no afastamento da morte; com a patrimonialização; no investimento na memória. Dessa forma, algumas questões são privilegiadas pela HTP, em função de que muitos de seus temas envolvem eventos traumáticos: as demandas da memória de grupos em geral, mas em particular as demandas por reparação; os usos públicos do passado; os usos e abusos da memória.

Segundo Paul Ricoeur, surge uma nova relação com o passado marcada por uma obrigação moral, uma dívida de reconstruir uma lembrança coletiva, o dever de memória (Ricoeur, 2007). No pós-Segunda Guerra Mundial, isso se expressa na multiplicação de narrativas de sobreviventes, de ex-combatentes; no erguer monumentos aos mortos; nas comemorações do luto em massa. O caso do Holocausto torna-se um problema público nacional e internacional relevante, cerca de trinta anos depois realizam-se comemorações oficiais, discursos de desculpas ou de arrependimento. Surge a condição do imprescritível, no caso dos crimes contra a humanidade, que abole a distância entre o passado e o presente, nos tornando contemporâneos das vítimas. Produz-se um passado que não pode passar, cujas feridas estão expostas e sendo remoídas de forma interminável.

A HTP também não pode se furtar à preocupação com os usos públicos da história e suas demandas sociais. Daí seu forte vínculo com a história pública. Recente no Brasil, essa área já conta com uma produção extensa e que trouxe um frescor novo à historiografia. Ri-

cardo Santhiago (2016) entende a história pública como um campo no seu sentido mais prosaico, não um campo disciplinar, mas um espaço de debates.

Rogério Rodrigues e Viviane Borges (2021), em *História pública e história do tempo presente*, usam um conto de Guimarães Rosa para construir a metáfora do entrecruzamento entre HTP e história pública como “a terceira margem do tempo”.<sup>2</sup> Isso implica estar atento aos desvios, aos ritmos, às mudanças nos tempos. O historiador que enfrenta essa imbricação tem por característica frequentar o mesmo tempo que o(s) sujeito(s) que investiga, por isso, ele precisa estar em constante diálogo e reflexão com o próprio presente. É possível detectar o compromisso desse historiador com os sujeitos diretamente envolvidos na pesquisa; a busca por construir um conhecimento que possa ser aplicado no presente, que faça sentido e que seja compreensível para os sujeitos estudados, atendendo, assim, as demandas coletivas de passado, de memória e de história.

Para Mateus Pereira, em *Lembrança do presente* (2022), o entrelaçamento das duas áreas pode nos ajudar a viver, pensar e agir de forma mais complexa diante dos desafios do desenvolvimento do capitalismo de vigilância, da mídia e dos modos de vida hegemônicos, com seus poderes de prever o futuro com o rastreamento dos nossos dados. O historiador defende que a resposta deve ser um maior engajamento ético e político da historiografia em geral, com destaque para a HTP e a história pública. Em uma sociedade marcada por alienação e consumismo, é difícil ser contemporâneo. Pereira defende que discutir os traumas de nossa história – como a escravidão, a ditadura civil-militar e o genocídio indígena – implica atentar-se para a dimensão ética, política e social do historiador.

Um ponto a considerar é ressaltado por Juliana Sayuri (2019): o desenvolvimento dos campos de história pública e de história do tempo presente dialoga diretamente com o contexto de demandas sociais por história fora das universidades. Podemos perceber isso na profusão de revistas especializadas e de livros com temática histórica; nos inúmeros websites, podcasts e canais no YouTube dedicados à história; todos esses materiais produzidos por profissionais ou pessoas sem formação na área, mas atendendo a uma demanda social muito grande por conteúdos históricos.

A forte vinculação da HTP com as demandas sociais, desde seu nascimento, levantou críticas, na França, à HTP. O historiador Gerard Noiriel criticou a postura do IHTP, na lógica da perícia que acompanha alguns de seus trabalhos, a fazer do historiador um juiz supremo; as escolhas científicas seriam feitas em função das demandas sociais, o que foi rebatido por seus integrantes mais destacados, como Bédarida e Rousso (Delacroix, 2018).

A discussão sobre o lugar das demandas sociais na HTP ganha outra proporção quando esse campo é aproximado da história ambiental. O capítulo de Rodrigo Turin, com o título

---

<sup>2</sup> O conto de Guimarães Rosa intitula-se “A terceira margem do rio”.

“A ‘catástrofe cósmica’ do presente: alguns desafios do Antropoceno para a consciência histórica contemporânea”, também presente na obra *História do tempo presente: mutações e reflexões*, organizada por Angélica Müller e Francine Iegelski (2022), entrelaça a crise planetária à agência humana, ao discutir a possibilidade do fim do mundo como uma lente para o presente. O autor traz para HTP algumas discussões já consolidadas na história ambiental sobre o impacto da ação humana no ambiente e a ampliação da escala temporal de análise, com o auxílio da geologia para enfatizar a necessidade de reposicionar temporalmente a historiografia no intuito de ampliar a noção de demanda social para além da esfera humana (Turin, 2022). Assim, o impacto da ação humana no planeta oferece subsídios para reestruturar o entendimento sobre tais demandas, especialmente no contexto global da segunda metade do século XX quando as consequências desse impacto passam a ser percebidas numa escala global.

Como destacaram Lopes e Viana no artigo “O Antropoceno como regime de historicidade” (2020), Reinhart Koselleck já defende em seu trabalho a inter-relação entre os tempos natural e humano. Em *Estratos do tempo* (Koselleck, 2014), o historiador se vale da metáfora geológica para dar conta das diversas durações que atuam simultaneamente sobre o presente.

No começo de seu livro consta que “uma das teses que constituem meu ponto partida é a de que os tempos históricos podem ser distinguidos claramente dos tempos naturais, embora ambos se influenciem reciprocamente” (Koselleck, 2014, p. 10). Para o teórico, independente das interpretações humanas sobre o tempo, ele é categorizado inicialmente como uma grandeza física, que transcorre independentemente da percepção humana.

Situo-me no campo das metáforas: a expressão “estratos do tempo” remete a formações geológicas que remontam a tempos e profundidades diferentes, que se transformam e se diferenciam umas das outras em velocidades distintas no decurso da chamada história geológica. [...] sua transposição para a história humana, política ou social permite separar analiticamente diversos planos temporais em que as pessoas se movimentam, os acontecimentos se desenrolam e os pressupostos de duração mais longa são investigados (Koselleck, 2014, p. 19).

A relação entre as diversas dinâmicas temporais, sejam elas humanas e/ou naturais, pode ser utilizada para uma melhor compreensão de diversos contextos históricos. Na atual conjuntura, sua utilização se torna mais premente em função da forma como os seres humanos vem se apropriando do que foi convencionalmente chamado de recursos naturais.

## História ambiental e tempo presente

---

Se o tempo presente pode ser pensado como a era das catástrofes, nenhuma pode ser mais significativa do que a crise ambiental. Ela deixa claro que a forma e a velocidade com que os seres humanos consomem os recursos naturais do planeta pode levar à extinção da própria espécie. A história, no estudo desse tema, trata da interferência humana na natureza e vice-versa. A história ambiental, como campo de estudos surgido nos anos 1970, nos Estados Unidos e Europa, por historiadores como Roderick Nash, Donald Worster, Le Roy Ladurie, entre outros, busca compreender como as interações humanos-natureza se alteraram na longa duração, por influência de processos econômicos, políticos, sociais e culturais. Além disso, um foco de análise importante tem sido como percepções, éticas e comportamentos humanos em relação aos elementos naturais foram concebidos ao longo do tempo.

Acredita-se que as primeiras preocupações que tratam das questões ambientais, de forma semelhante às atuais, surgiram com o desenvolvimento da energia nuclear e sua utilização após Hiroshima e Nagasaki. Como afirma Crosby (1995, p. 1185), “as bombas de fusão da Guerra Fria relegaram as bombas de fissão para segunda classe”, o potencial destrutivo humano alcançou índices até então inimagináveis, testes e acidentes nucleares alteraram a forma com que os seres humanos concebiam sua perpetuação no planeta. A chegada à lua também é evidenciada pelo autor como um acontecimento de grande importância; foi nesse momento que a humanidade pôde vislumbrar o quanto o planeta é pequeno em relação ao sistema solar. Essa reflexão ataca diretamente a ideia de que os elementos naturais são infinitos, o que propõe novas abordagens e ponderações sobre o meio ambiente. Nesse contexto, o debate sobre preservação tomava dois caminhos: havia aqueles que queriam preservar o meio a fim de utilizá-lo futuramente e outros que pregavam uma preservação mais ferrenha e menos ligada à economia, ponderando sobre a incapacidade de valorar a natureza apelando ainda para um discurso muitas vezes religioso (Crosby, 1995, p. 1186).

No contexto em que a técnica e a economia definem os caminhos e utilizações dos recursos naturais e meio ambiente no planeta globalizado, a história ambiental aparece nos Estados Unidos se apropriando de conceitos oriundos da história social e história cultural. Nesse sentido, a história ambiental consegue tornar a disciplina histórica mais inclusiva, pois, como aponta Worster (1991, p. 199), “a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta ‘supernatural’, de que as consequências ecológicas de seus feitos passados podem ser ignoradas”.

No Brasil, a história ambiental vem se desenvolvendo desde os anos 1980 e conquistando um número crescente de historiadores e pesquisadores a partir da década de 1990. Os



estudos de Soffiati (1988), Almeida (1988) e Pádua (1984; 1987) são exemplos de trabalhos pioneiros de historiadores que se arriscaram a introduzir elementos e variáveis ambientais em suas pesquisas.<sup>3</sup>

José Augusto Drummond enfatiza que a influência estadunidense e de outros países de língua inglesa é marcante no surgimento da história ambiental brasileira. Nesse caminho, destaca o peso das discussões sobre o preservacionismo e conservacionismo no começo das discussões ambientais e brasileiras. Contudo, afirma ainda que a dispersão das pesquisas em história ambiental no Brasil deve seguir uma perspectiva que dê conta, do que podemos chamar hoje, de uma sociobiodiversidade brasileira (Drummond, 1991).

José Augusto Pádua (2010, p. 83) enfatiza que até o século XVIII as indagações sobre o tema giravam em torno de como a natureza influencia a história humana. Com o advento da Revolução Industrial e a diversificação das formas de apropriação do mundo natural, as indagações começaram a girar em outro sentido, pautadas em sua maioria na racionalidade do uso indiscriminado dos elementos naturais. O juízo de que a ação humana poderia interferir no meio natural e até causar desastres surgiu no final do século XIX, mas só se disseminou mundialmente no início da década de 1970 (Pádua, 2010, p. 86).

Na própria origem da história ambiental está a compreensão de que existe o risco de extinção da humanidade e de destruição do planeta. O sociólogo alemão Ulrich Beck (2011) considerou que estamos vivendo numa “sociedade de risco”, uma sociedade em que a distribuição dos riscos abarca todas as classes sociais e todos os cantos do globo, caracterizada pela firme aliança entre o capitalismo industrial e o desenvolvimento tecnocientífico do século XX. Essa aliança foi capaz de gerar crescentes riscos e ameaças globais, como o aquecimento global, o envenenamento dos solos pela agricultura mecanizada, a contaminação dos alimentos por aditivos químicos, a presença de microplásticos em todos os oceanos, entre outros.

Nesse sentido, o filósofo Hans Jonas trouxe a reflexão sobre a “ética da responsabilidade”, uma proposta que visa instruir a ação num mundo onde a “promessa da tecnologia moderna se tornou uma ameaça física” (Jonas, 2006, p. 21). Rejeitando o imperativo de Kant “aja de modo que tu também possas querer que tua máxima se torne lei geral”, Jonas apresenta seu imperativo ecológico: “Aja de modo a que os efeitos de tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana sobre a Terra”. Para o autor, o primeiro imperativo é o da existência da humanidade: “nós não temos o direito de escolher a

---

<sup>3</sup> Em levantamento bibliográfico recente da história ambiental brasileira, Pádua e Carvalho (2020) dividiram os trabalhos em seis principais temas de estudo: “florestas”; “agricultura e pecuária”; “biodiversidade e extração da flora e fauna”; “dinâmicas urbanas e industriais”; “regiões, territórios e sociodiversidade”; “pensamento ambiental e ambientalismo”.

não existência de futuras gerações em função da existência atual, ou mesmo de as colocar em risco” (Jonas, 2006, p. 47-48).

A história ambiental busca repensar o ser humano dentro do quadro mais amplo da história do planeta, “o grande desafio teórico, no contexto da contemporaneidade, é pensar o ser humano na totalidade tensa e complexa de suas dimensões biológica e sociocultural” (Pádua, 2010, p. 91-92). Nesse sentido, a história ambiental procura formas menos dualistas de perceber e relacionar natureza e cultura, com o intuito de reconhecer a historicidade dos sistemas naturais.

Aquecimento global, mudanças climáticas, crise ambiental são expressões correntes do cotidiano das últimas décadas e, podemos dizer, representam a “última catástrofe” planetária, parafraseando Rousso (2016). Características da história ambiental e da história do tempo presente se entrelaçam em vários pontos:

1) Fontes e testemunhos: nas temáticas ambientais mais recentes, historiadores, fontes e testemunhas são contemporâneos, o que amplia as possibilidades de trabalhos com a metodologia da história oral, além de trazer desafios éticos importantes. Eventos traumáticos envolvendo remoções de comunidades na construção de hidrelétricas e barragens; episódios de racismo ambiental; conflitos por disputa de terras envolvendo povos indígenas, quilombolas ou outros grupos desfavorecidos; comunidades envenenadas por pulverização aérea de agrotóxicos; eventos importantes na história do ambientalismo etc., são exemplos de estudos em que seria possível acessar testemunhas aptas a dar depoimentos orais.

Na coletânea *História oral e natureza*, a organizadora Kênia Rios (2019) entende a história oral como “metodologia a serviço de outras formas de percepção da vida e da natureza, a partir de personagens que estão na terceira margem [também numa referência ao conto de Guimarães Rosa]”. As testemunhas expressam “vocalidades e oralidades que se entendem numa articulação de vida e de luta pela sobrevivência entre (e com) humanos e não humanos, entre a letra e a voz” (Rios, 2019, p. 8). A história oral, nesse sentido, se alia à história ambiental, vista por Enrique Leff como a narrativa que emerge da natureza vencida, de uma dívida ecológica que agora se expressa nos saberes subjugados, que não puderam exprimir sua submissão como consequência do abatimento da natureza, e capaz de dar voz às

histórias não ditas, não porque a natureza não fala e porque os pobres, os colonizados, os dominados e os vencidos foram calados, mas porque a submissão da natureza foi um processo silencioso, invisível e impensável pelos paradigmas civilizatórios que justificavam a exploração da natureza em nome do progresso e do poder (Leff, 2001, p. 398).

A história oral articulada com a história ambiental possibilita ter acesso à voz dos silenciados (humanos e não humanos), em processos de expropriação e subjugação pelo grande

capital. Para Holmes e Goodall (2017, p. 5), a integração dessas duas abordagens nos permite compreender de forma mais completa e crítica as formas pelas quais a memória e a experiência cultural e individual moldam as interações humanas com “o mundo mais que humano”, assim como nos permite identificar as formas pelas quais a memória, a identidade e a experiência humanas são moldadas pelas paisagens e ambientes em que as pessoas vivem e trabalham.

No entanto, como em toda história do tempo presente, o fato de existirem sobreviventes não significa automaticamente que as pessoas queiram ou possam testemunhar. É preciso estar atento às discussões sobre memória e trauma na história.<sup>4</sup> O momento atual pode ser considerado a “era da testemunha”, segundo a historiadora Annette Wieviorka (2006). O trauma, como experiência abaladora, pode distorcer a memória; dar um testemunho pode ser entendido como “uma tentativa falível de uma pessoa [...] articular o que ela viveu como testemunha” (Lacapa, 2020, p. 32). Além disso, o depoimento fala sempre do presente, “com as palavras de hoje, com sua sensibilidade do momento, tendo em mente tudo quanto possa saber sobre esse passado que ele pretende recuperar com sinceridade e veracidade” (Rousso, 2005, p. 98).

2) O engajamento do historiador: é impossível não se posicionar diante da devastação ambiental contemporânea. Em muitos casos, pode ocorrer que historiadores participem de associações ambientalistas, ou, pelo menos, construam forte diálogo com seus membros e dirigentes. Na coletânea *O futuro da história ambiental: necessidades e oportunidades*, organizada por Kimberly Coulter e Christof Mauch (2011), alguns artigos defendem, diante da catástrofe climática, que a história ambiental deve se manter ativista, e que “a participação no discurso público oferece a melhor esperança para o futuro do ramo”. Ou seja, a atuação da história ambiental pode e deve incorporar as características da história pública para melhor dialogar com a sociedade sobre as urgentes temáticas ambientais.

Sverker Sorlin (2011) também toca nesse ponto, ao afirmar que, diante da crise ambiental, a história ambiental está bem posicionada para desempenhar um papel de ponte entre as humanidades e outras disciplinas, capaz de agregar relevância social, por meio de uma narrativa convincente, que é a marca registrada da erudição histórica. Para Sorlin, o historiador desempenha um papel crucial na sociedade contemporânea porque é portador e articulador de uma experiência coletiva. As atuais preocupações globais têm cada vez mais a ver com pandemias, meio ambiente, recursos, clima, energia e demografia – as condições fundamentais da existência humana no planeta. Essas questões não podem ser unicamente

---

<sup>4</sup> Sobre a complexa questão do trauma na pesquisa histórica, ver a coletânea *História & Trauma*, organizada por Fabiana de Souza Fredrigo e Ivan Lima Gomes (2020).

tratadas pelas ciências naturais; é nesse sentido que a história ambiental tem uma grande contribuição pública a dar, e os historiadores ambientais não devem se furtar a esse papel.

3) Assim como a HTP, a história ambiental precisa lidar com um regime de historicidade predominantemente presentista. No entanto, como apontou Sorlin (2011), até os anos 1990 predominou, por vezes, uma percepção do passado idealizada, como um período melhor; no presente teríamos problemas ambientais crescentes, “a perda do paraíso”, o declínio da civilização e o possível fim de todas as coisas que surgem no horizonte – uma sensação de futuro bloqueado, justamente pelos graves problemas ambientais.

Carolyn Merchant (2003) identificou essa prática em história ambiental como “narrativa declensionista”, que priorizou o declínio, a destruição. A ação humana seria o elemento a perturbar um passado maravilhoso – uma espécie de Éden bíblico – e ameaçar a continuidade da vida no planeta. O problema desse enfoque é negar a agência não humana, o que se torna contraditório, pois retira a legitimidade da história ambiental, que estuda justamente as agências humanas e não humanas em inter-relação. A própria “ideia de ‘degradação ambiental’ deriva da assunção de que apenas os humanos são capazes de agir e transformar o mundo” (Cabral, 2014, p. 460).

Como destacam Lopes e Viana Júnior (2020), com a discussão do Antropoceno, a iminência do fim do mundo reintroduz a natureza no centro da vida humana, ao mesmo tempo que recoloca os seres humanos no mundo natural. Dessa forma, o Antropoceno assinala a reentrada definitiva do mundo natural na representação do tempo pela historiografia, a partir das consequências para a vida humana das dinâmicas de apropriação dos recursos naturais. “A distinção do tempo natural para os tempos humanos não faz mais sentido em cenários em que a disputa pelos escassos recursos naturais dita as mais diversas formas de organização da vida” (Lopes; Viana Júnior, 2020, p. 22).

4) Patrimonialização do meio ambiente: a criação e/ou manutenção de parques e reservas naturais para as gerações futuras foi uma das primeiras estratégias da sociedade capitalista, que articulou demandas do futuro e ações no presente. Hartog (2013, p. 193) considera o patrimônio como *alter ego* da memória, e coloca como ponto de partida da discussão o ano de 1972, quando ocorreu a Conferência Internacional sobre Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, organizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Nessa conferência, o meio ambiente foi estabelecido como patrimônio da humanidade. Para Hartog, isso foi possível porque houve a tomada de consciência de que sua degradação engendrava o problema de sua transmissão. A importância de patrimonializar a natureza reside em “dotar de recursos jurídicos e assim poder preservá-la, desde hoje, para o amanhã” (Hartog, 2013, p. 196).

Na legislação brasileira do início do século XX já aparece a compreensão da existência de um patrimônio natural (Brasil, Decreto-lei n. 25, 1937), que embasou a criação de par-

ques naturais – o primeiro deles em 1937, o Parque Nacional de Itatiaia. Para Gerhardt e Nodari (2016, p. 60), o conceito de patrimônio ambiental pode ser considerado uma alternativa à dicotomia entre natureza e cultura; expressaria “uma tentativa de conjugar a atividade humana e a ação da natureza, vista como um agente pela história ambiental”.

5) Arquivos e fontes: dependendo da temática envolvendo meio ambiente, a variedade e a quantidade de fontes históricas disponíveis podem ser gigantescas.<sup>5</sup> Pierre Nora (1993) já nos alertara de que a memória no mundo moderno é acima de tudo arquivística. O predomínio da memória na segunda metade do século XX levou à obsessão pelo arquivo. Mais recentemente, historiadores precisam saber lidar, por um lado, com o excesso de fontes, arquivos, memórias, e, ao mesmo tempo, com a possibilidade de ficar sem elas, e os dois extremos são motivados pela revolução digital em curso.<sup>6</sup>

No começo da década de 1990, Drummond (1991, p. 182-183) afirmava que “podem ser usadas as fontes tradicionais da história econômica e social, censos populacionais, econômicos e sanitários, inventários de recursos naturais, imprensa, leis e documentos governamentais, atas legislativas e judiciárias, crônicas”. Nessas fontes “se encontrarão informações abundantes sobre os conceitos, os usos, os valores atribuídos e a disponibilidade de recursos naturais”. É possível utilizar relatos de viajantes, relatos de mitos e lendas (especialmente em sociedades com tradição oral), etnografias e estudos antropológicos. Historiadores ambientais usam também memórias, diários, inventários de bens, escrituras de compra e venda de terras, testamentos.

Talvez um dos diferenciais em relação às fontes utilizadas por outros campos da história seja o trabalho de campo, em que a paisagem em si é compreendida como um documento a ser analisado. No caso de estudos sobre ideias, valores éticos, percepções e significados atribuídos pelos humanos aos elementos da natureza formulados por indivíduos ou grupos, é possível valer-se de documentos de arquivos privados, como correspondência, escritos autobiográficos, biblioteca pessoal, entre outros (Pereira, Fritz, 2019). Outro tipo de fonte disponível é a imprensa, que pode ser usada pela história ambiental tanto como fonte de informação empírica sobre dinâmicas ambientais no passado, bem como registro dos discursos públicos sobre a natureza e suas manifestações (Gallini, 2004).

6) Interdisciplinaridade: as temáticas contemporâneas envolvem diferentes áreas do conhecimento e demandam um diálogo interdisciplinar por parte do pesquisador. A complexidade dos problemas do tempo presente requer o diálogo interdisciplinar, nesse sentido, o conhecimento sobre o meio ambiente e sua definição seriam formados pela relação entre saberes oriundos de várias disciplinas.

<sup>5</sup> Ver o dossiê “Fontes para a história ambiental”, organizado por Janes Jorge e Patrícia Raffaini (2019).

<sup>6</sup> Esse tema tem sido discutido desde os anos 1990 na historiografia. Ver Rosenzweig (2011), Weller (2013), Prado (2021).

A interdisciplinaridade é sempre referida como uma das marcas da história ambiental. Ela favorece o intercâmbio entre subáreas da história, com outras áreas das ciências humanas, como antropologia e sociologia, e com as ciências naturais. Colácios (2013, p. 182) salienta que as disciplinas das ciências naturais “auxiliariam o campo historiográfico em traçar os paralelos entre a natureza e a sociedade. Disciplinas como biologia, ecologia e física adentram o território do historiador numa tentativa de síntese das relações socioambientais”.

7) Contexto de crise do futuro, do porvir: o ideal do “progresso” – lema do regime futurista de historicidade ao longo do século XIX – e sua variante “desenvolvimento”, na primeira metade do século XX, falharam. Seus produtos maiores, a ciência e a tecnologia mostram ser uma faca de dois gumes. Por um lado, propiciam mais longevidade e conforto aos humanos, por outro, possibilitam um grau de exploração dos elementos naturais capaz de devastação gigantesca, que está levando a uma extinção em massa da biodiversidade.

No debate recente, ganhou fôlego o conceito de Antropoceno, como nova era de transformações extremas no planeta, em que a agência humana tem papel central.<sup>7</sup> Como complemento, os conceitos de Capitaloceno,<sup>8</sup> Plantationoceno,<sup>9</sup> e como crítica, Chtuluceno<sup>10</sup> também entraram em cena. A ênfase recai sobre a humanidade e/ou seu sistema econômico e atividades mais destrutivas. A produção de alimentos e o sistema econômico em si são percebidos como responsáveis pela catástrofe climática atual.

Seguindo as discussões sobre o Antropoceno, Kathryn Yusoff defende em *A billion Black Anthropocenes or none* (2018) que o acalorado debate produzido na última década é fruto da repentina exposição das comunidades liberais brancas dos países desenvolvidos às mudanças ambientais. Yusoff (2018) argumenta que, nos últimos séculos, mudanças ambientais e transformações sociais foram a regra em países colonizados e explorados pelas potências capitalistas. Na esteira do processo “civilizatório”, grupos pretos, pardos e populações indígenas foram vulnerabilizados pelas forças coloniais. Assim, com o entendimento de que os seres humanos têm transformado as dinâmicas bio-geo-físicas do planeta, o lugar do *Homo sapiens* na narrativa da história ambiental precisa ser revisto. Nesse caminho, a discussão

<sup>7</sup> Para uma discussão sobre o conceito de Antropoceno e seus principais defensores, ver Kelly (2017).

<sup>8</sup> Conceito proposto por Andreas Malm e Jason Moore (Moore, 2022).

<sup>9</sup> Uma discussão sobre Antropoceno, Capitaloceno e Plantationoceno do ponto de vista crítico pode ser obtida em Haraway (2019).

<sup>10</sup> Conceito proposto pela filósofa Donna Haraway (2019), a partir da aranha *Pimoida cthulhu* que possui oito tentáculos. Para Jó Klanovicz (2019, p. 42), Haraway “critica o conceito de Antropoceno como um conceito gerencial, tecnocrático, modernizante e humanista, comprometido com a contemporaneidade e que mina nossa capacidade de imaginar e cuidar de outros mundos, aqueles que existem de maneira precária hoje e que poderiam estar aliados ao mundo humano”. Haraway defende, a partir da aranha, uma história tentacular, de múltiplas interações entre as espécies, que vá além da ênfase no humano proposta pelo Antropoceno, ou do uso egoísta e destrutivo dos elementos naturais por parte da humanidade, os super ricos detentores do capital – Capitaloceno e Plantationoceno.

proposta por Kathryn Yusoff (2018) aponta a necessidade de olhar para os grupos sociais em maior condição de vulnerabilidade nos mais diferentes contextos históricos e geográficos em relação às mudanças climáticas.

Para Yusoff (2018), o conceito de Antropoceno está sendo aceito na academia pela sua capacidade de inocentar os grupos sociais que mais promoveram a exploração social e degradação ambiental. Dessa forma, defende que sejam considerados bilhões de Antropocenos ou nenhum, ou seja, que o conceito seja aplicado a contextos e grupos sociais específicos e que a geologia tome partido e defina o começo do Antropoceno a partir da migração forçada de africanos para compor força de trabalho na América.

### Considerações finais: entre o catastrofismo, a ética e a política

---

Michel de Certeau, no seu clássico texto “A operação historiográfica” (1982), já defendia a importância de pensar a escrita da história de um lugar social, conectada com os problemas de seu tempo. A história *do* tempo presente, assim como a história *no* tempo presente, precisa ser plural, mas também muito comprometida com o seu público e as questões que o afetam – dentre elas a questão ambiental, que ganha destaque nos séculos XX-XXI.

A etimologia da palavra crise pode apontar alguns caminhos para serem seguidos: na versão latina, a palavra é entendida como “momento de mudança súbita”; na versão grega, “ação ou faculdade de distinguir, decisão, momento difícil”. Os dois significados podem ser entendidos aqui como complementares para dar conta dos desafios que estamos enfrentando no século XXI.

Tanto a história do tempo presente quanto a história ambiental têm que lidar com um mundo cada vez mais complexo e em constante transformação. O que se defende ao aproximar os dois campos, é que eles não podem mais se esquivar das demandas sociais que os produziram, ou daquelas que foram surgindo com o seu amadurecimento. Não se quer aqui propor soluções para a crise – uma tarefa que ultrapassa a capacidade de qualquer historiador – mas, sim, propor que é importante aproximar as duas áreas da historiografia, justamente para adensar nossa interpretação sobre a natureza do tempo em um contexto tão complexo.

Em especial, a história ambiental pode ganhar muito com essa reflexão, mas também os demais historiadores que trabalham com o tempo presente. Um clamor da história ambiental desde seu surgimento tem sido a necessidade de se incluir o mundo biofísico nas análises históricas em geral, assim como nos livros didáticos e nas aulas de história. O que se defende não é que todo historiador seja um historiador ambiental, contudo, o mundo natural não pode mais figurar como plano de fundo da ação humana, é preciso considerar que seres humanos e natureza se condicionam mutuamente.

A crise contemporânea exige um posicionamento ético do historiador, sobretudo do historiador ambiental. Nesse sentido, a reflexão teórica sobre história do tempo presente pode ajudar muito em sua prática de pesquisa, ensino e extensão. Ao mesmo tempo, a história ambiental tem muito a ganhar se incorporar as discussões trazidas pela história do tempo presente e pela história pública, no anseio de construir uma história para e com o público.

As historiadoras e os historiadores ambientais produzem um conhecimento significativo sobre meio ambiente e podem contribuir no cenário desafiador do tempo presente. Para isso, precisam também estar munidos de reflexão teórica sobre como sua área articula as múltiplas percepções sobre o tempo e a força do presente na composição das análises históricas. É nesse sentido que pensamos contribuir com este artigo.

Por meio dessa reflexão, podemos entender a catástrofe não somente como um evento a delimitar e caracterizar o nosso tempo presente, mas como mobilizador de um engajamento público da historiadora e do historiador ambiental, socializando seu conhecimento para ajudar a atender as demandas sociais urgentes que afetam a continuidade da vida como a conhecemos.

## Referências

- ALMEIDA, Jozimar Paes de. *A extinção do arco-íris: ecologia e história*. Campinas: Papirus, 1988.
- BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BRASIL, Decreto-lei n. 25. *Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*. Publicado em 30 nov. 1937.
- CABRAL, Diogo de Carvalho. *Na presença da floresta: Mata Atlântica e história colonial*. Rio de Janeiro: Garmond, 2014.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 56-108.
- COLÁCIOS, Roger. Os usos e abusos das ciências naturais pela história ambiental: interdisciplinaridade, diagnósticos e reflexões. *Halac: Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña*, v. 3, n. 1, p. 180-207, 2013.
- COULTER, Kimberly; MAUCH, Christof (orgs.). O futuro da história ambiental: necessidades e oportunidades. *RCC Perspectives*, n. 3, 2011. p. 1-76.
- CROSBY, Alfred W. The past and present of environmental history. *American Historical Review*, v. 100, n. 4, p. 1177-1189, 1995.
- DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? *Tempo e Argumento*, tradução: Fernando Coelho, Silvia Maria Fávero Arend, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39-79, 2018.
- DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, v. 4, n. 8, p. 177-97, 1991.
- FREDRIGO, Fabiana de Souza; GOMES, Ivan Lima (orgs.). *História & trauma: linguagens & usos do passado*. Vitória: Milfontes, 2020.
- GALLINI, Stefania. Problemas de métodos en la historia ambiental de América Latina. *Anuario IHES*, v. 19, p. 147-171, 2004.
- GERHARDT, Marcos; NODARI, Eunice. Patrimô-



- nio ambiental, história e biodiversidade. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, v. 5, n. 3, p. 54-71, 2016.
- HARAWAY, Donna. *Seguir con el problema: generar parentesco en el Chthuluceno*. Bilbao, Argentina: Consonni, 2019.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- HOLMES, Katie; GOODALL, Heather. *Telling environmental histories: Intersections of memory, narrative and environment*. London: Palgrave Macmillan, 2017.
- JONAS, Hans. *O princípio responsabilidade*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.
- JORGE, Janes; RAFFAINI, Patrícia (orgs.). Dossiê Fontes para a história ambiental. *Revista de Fontes*, Guarulhos, v. 6, n. 11, 2019.
- KELLY, Jason M. Antropocenos: A fractured picture. In: KELLY, Jason; SCARPINO, Philip, BERRY, Helen, SYVITSKI, James; MEYBECK, Michel (eds.). *Rivers of the Anthropocene*. San Francisco: University of California Press, 2017.
- KLANOVICZ, Jó. *Para além do Antropoceno: desafios de periodização para a nova história ambiental*. Ensaio escrito especificamente como exigência parcial para Processo de Promoção de Classe no âmbito da Unicentro, com vistas à promoção de “Professor Adjunto D” para “Professor Associado A, por meio de defesa pública em 10 de fevereiro de 2019. Não publicado.
- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2014.
- LACAPRA, Dominick. Traumatropismos: do trauma ao sublime pela via do testemunho? In: FREDRIGO, Fabiana de Souza; GOMES, Ivan Lima (orgs.). *História & trauma: linguagens & usos do passado*. Vitória: Milfontes, 2020, p. 29-69.
- LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001.
- LOPES, Alfredo Ricardo Silva; VIANA JUNIOR, Mário Martins. O Antropoceno como regime de historicidade. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, n. 12, v. 23, p. 9-24, 2020.
- MERCHANT, Carolyn. *Reinventing Eden: The fate of nature in Western culture*. New York: Routledge, 2003.
- MOORE, Jason W. (org.). *Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo*. São Paulo: Elefante, 2022.
- MÜLLER, Angélica; IEGELSKI, Francine (org.). *História do tempo presente: mutações e reflexões*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p.7-28,1993.
- PÁDUA, José Augusto. *O que é ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- PÁDUA, José Augusto. *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.
- PÁDUA, José Augusto; CARVALHO, Alessandra Izabel de. A construção de um país tropical: apresentação da historiografia ambiental sobre o Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 1311-1340, 2020.
- PEREIRA, Elenita Malta; FRITZ, Sara Rocha. José Lutzenberger e a divulgação da Teoria de Gaia no plano internacional (década de 1980): leituras a partir de seu acervo privado. *Revista de Fontes*, n. 11, p. 29-45, 2019.
- PEREIRA, Mateus. *Lembrança do presente: ensaios sobre a condição histórica na era da internet*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- PRADO, Gilliard da Silva. Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet. *Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 13, n. 34, p. 2-35, 2021.
- PROST, Antoine. L’Histoire du temps présent: une histoire comme les autres, Bilan et perspectives de l’histoire immédiate. *Cahiers d’Histoire Immédiate*, n. 30-31, p. 21-28, outono 2006/primavera 2007.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

- RIOS, Kênia Sousa (org.). *História oral e natureza: resistência e cultura*. São Paulo: Letra e Voz, 2019.
- RODRIGUES, Rogério; BORGES, Viviane (orgs.). *História pública e história do tempo presente*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.
- ROSENZWEIG, Roy. *Clio wired: The future of the past in the digital age*. New York: Columbia University Press, 2011.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 93-102.
- ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.
- SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêllo, SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 23-36.
- SAYURI, Juliana. A história é notícia: temas históricos e o ofício do historiador em reportagens publicadas na Folha de São Paulo. In: LEAL, Bruno; TAVARES, Ana Paula. *História pública e divulgação de história*. São Paulo: Letra e Voz, 2019. p. 41-54.
- SOFFIATI, Arthur. A ausência da natureza nos livros didáticos de história. In: SEMINÁRIO PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA, 1., 1988, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Faculdade de Educação/USP, p.43-56, 1988.
- SORLIN, Sverker. The contemporaneity of environmental history: Negotiating scholarship, useful history, and the new human condition. *Journal of Contemporary History*, v. 46, n. 3, p. 610-630, 2011.
- TURIN, Rodrigo. A ‘catástrofe cósmica’ do presente: alguns desafios do Antropoceno para a consciência histórica contemporânea In: MÜLLER, Angélica; IEGELSKI, Francine (org.). *História do tempo presente: mutações e reflexões*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022. p. 141-163.
- VENGOA, Hugo Fazio. La historia del tempo presente: composición, temporalidade y pertinencia. In: MÜLLER, Angélica; IEGELSKI, Francine (org.). *História do tempo presente: mutações e reflexões*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022. p. 29-51.
- WELLER, Toni. *History in the digital age*. London: Routledge, 2013.
- WIEVIORKA, Annette. *The era of the witness*. Ithaca: Cornell University Press, 2006.
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.
- WORSTER, Donald. *Nature's economy: a history of ecological ideas*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- YUSOFF, Kathryn. *A billion Black Anthropocenes or none*. Minneapolis: University of Minnesota, 2018.